



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020

ARP nº. 26/2020

PROCESSO nº. 0000980-84.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 16/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **SOLUÇÕES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **29.216.954/0001-18**, com sede a **Rua Miguel Calmon, 3905 – Bairro Castanheira**. Porto Velho - RO. CEP 76.811-313. Telefone(s): (69) 3301-5863 - (69) 9 9918-2127 e E-mail(s): flavio.alves@solucoesnorte.com.br, solucoesnorte@solucoesnorte.com.br, neste ato representada por **FLAVIO ALVES LOPES**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. **01430964944** SSP/SP e CPF nº. **014.309.649-44**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
01	Item 21 do Edital. Lâmpada fluorescente T5 14 Watts, tensão 127V ou bivolt, soquete G5, cor branca (mínimo 6.000K), tempo de vida mínima de 8.000 horas. (CATMAT 022306). Deverá ser apresentada pela licitante classificada a DECLARAÇÃO DO	Unid.	400	9,450	3.780,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO DE LOGÍSTICA REVERSA, conforme ANEXO III do TR. Marca: EMPALUX.				
Valor total da ARP				3.780,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, Endereço de entrega: Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/2051/ 2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 17 de junho de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	FLAVIO ALVES LOPES Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Rudma Rosa Oliveira Costa</i> CPF: 629.311.562-72 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/06/2020, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO ALVES LOPES, Usuário Externo**, em 18/06/2020, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 18/06/2020, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 18/06/2020, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1192020

Disponibilização: 19/06/2020

Publicação: 22/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 26 e 27/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 16/2020/TRE-RO. Processo SEI 0000980-84.2020.6.22.8000. ARP 26/2020. Adjudicatária: SOLUÇÕES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. CNPJ:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29.216.954/0001-18. Objeto: I) **Item 21 do Edital.** Lâmpada fluorescente T5 14 Watts, tensão 127V ou bivolt, soquete G5, cor branca (mínimo 6.000K), tempo de vida mínima de 8.000 horas. (CATMAT 022306). Marca: Empalux. Unid. Quant. 400. Valor Unitário R\$ 9,45. Valor total da ARP R\$ 3.780,00. **ARP 27/2020. Adjudicatária: GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 32.617.419/0001-83.** Objeto: I) **Item 04 do Edital.** Cabo Flexível 3 x 1,5 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409525. Marca: Indusflex. Unid. Peça c/ 100m. Quant. 20. Valor Unit.R\$ 273,62. Valor total do item R\$ 5.472,40. II) **Item 06 do Edital.** Cabo Flexível 4 x 4,0 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores VERMELHO / AMARELO / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409522. Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Valor Unit. R\$ 880,57. Valor total do item R\$ 8.805,70. III) **Item 07 do Edital.** Cabo Flexível 2 x 1,5 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores Branco/Azul. Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. (Código 459997). Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 12. Valor Unit. R\$ 165,17. Valo total do item R\$ 1.982,04. IV) **Item 08 do Edital.** Cabo Flexível 3 x 4 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE. Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. (Código 409525). Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 12. Valor Unit. R\$ 799,60. Valor total do item R\$ 9.595,20. V) **Item 18 do Edital.** Cabo Flexível de cobre isolado em PVC, bitola 10 mm², 750V, rolo de 100m. Os 12 rolos devem ser fornecidos nas seguintes cores: 4 rolos VERMELHOS, 4 rolos AMARELOS, 4 ROLOS PRETO e 4 rolos VERDE. Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. (CATMAT 224599). Marca: INDUSFLEX. Rolo de 100m. quant. 12. Valor Unit. R\$ 475,95. Valor total do item R\$ 5.711,40. VI) **Item 19 do Edital.** Cabo Flexível de cobre isolado em PVC, bitola 16 mm², 750V, rolo de 100m. Os 12 rolos devem ser fornecidos nas seguintes cores: 4 rolos VERMELHOS, 4 rolos AMARELOS, 4 ROLOS PRETOS e 4 rolos VERDES. Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. (CATMAT 394255). Marca:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Indusflex. Peça c/ 100m. Valor Unit. R\$ 641,70. Valor total do item R\$ 7.700,40. **VII) Item 22 do Edital.** Lâmpada LED, bulbo A60, potência 9 ou 9,5W, cor branca (mínimo 6.000K), 100-250V (bivolt automático), para base E27. (Cód.446775). Somente será admitida a oferta de lâmpadas de LED com Certificação compulsória INMETRO, de acordo com a Portaria 144/15. Deverá ser apresentada pela licitante a DECLARAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA REVERSA, conforme ANEXO III do TR. Marca: Empalux. Unid. Quant. 360. Valor Unit. R\$ 6,98. Valor total do item R\$ 2.512,80. **VIII) Item 23 do Edital.** Lâmpada LED, bulbo, potência 30W, cor branca (mínimo 6.000K), 100-250V (bivolt automático), para base E27, dimensões aproximadas 184x100mm. (CATMAT 446032). Somente será admitida a oferta de lâmpadas de LED com Certificação compulsória INMETRO, de acordo com a Portaria 144/15. Deverá ser apresentada pela licitante a DECLARAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA REVERSA, conforme Anexo III do TR. Marca: Empalux. Unid. Quant. 200. Valor Unit. R\$ 30,825. Valor total do item R\$ 6.165,00. **IX) Item 37 do Edital.** Refletor Holofote LED 100W Material corpo em alumínio blindado, grau de proteção IP65 (TABELA IGRESS PROTECTION), ângulo de abertura da lente 120°, temperatura da cor 6000/4000 K, tipo lâmpada de Led COB (Chip On Board), potência da lâmpada 100W, tensão alimentação bivolt. (CATMAT 434161). Somente será admitida a oferta de lâmpadas de LED com Certificação compulsória INMETRO, de acordo com a Portaria 144/15. Deverá ser apresentada pela licitante a DECLARAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA REVERSA, conforme ANEXO III do TR. Marca: Empalux. Unid. Quant. 30. Valor Unit R\$ 138,97. Valor total do item R\$ 4.169,10. Valor total da ARP R\$ 52.114,04. Valor Total das ARP's: R\$ 55.894,04. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 17/06/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 19/06/2020, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000980-84.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 16/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – aquisição de material de consumo – elétricos e eletrônicos. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 118 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado, com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almoxarifado deste Tribunal, durante o exercício 2020 e parte do exercício 2021 ([0508313](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0528929](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 80/2020 - PRES/DG/AJDG ([0529754](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2020 ([0530118](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0530120](#) e [0531033](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0537433](#));

b) Anexos de proposta da licitante GOLED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNJP nº 32.617.419/0001-83 ([0537435](#), [0537436](#) e [0543823](#));

c) Solicitação nº 59/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/CLS ([0537496](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade da proposta citada, e sua respectiva resposta na Manifestação nº 10/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM ([0538713](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Anexo de proposta da licitante SOLUÇÕES NORTE ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI, CNJP nº 29.216.954/0001-18 ([0543022](#) e [0543023](#));

e) Solicitação nº 74/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SELAM ([0543025](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade da proposta citada, e sua respectiva resposta na Manifestação nº 14/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SELAM ([0543853](#)), após apresentação do prospecto do produto ([0543840](#));

f) documentos de habilitação das empresas acima citadas ([0544068](#) e [0544069](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0544041](#)), Resultado por Fornecedor ([0544044](#)), Termo de Adjudicação ([0544046](#)), Resultado de Licitação ([0544048](#)) e o comprovante de sua publicação ([0544916](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 41/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0544922](#)), complementado pelo Relatório de Ocorrências ([0544074](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0544947](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

10. Na publicação do aviso ([0544916](#) e [0531033](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0537433](#)) e na ata do certame ([0544041](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro no Relatório de Ocorrências ([0544074](#)), devido a quantidade elevada de acontecimentos. Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas GOLED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 32.617.419/0001-83 ([0544069](#)) e SOLUÇÕES NOTE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ nº 29.216.954/0001-18 ([0544068](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0544041](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Desse modo, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, conclui-se que o procedimento transcorreu de **forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0544041](#)).

16. Pois bem, os **itens 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38 restaram fracassados**, pois os licitantes não apresentaram anexo de proposta completos, quais sejam Certificado de regularidade do CTF-IBAMA, Declaração de sustentabilidade (IN 01/10), Declaração de logística reversa e comprovação de certificação INMETRO. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

17. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

18. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

20. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

21. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

22. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

23. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

24. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

25. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a **Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

26. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0544046**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

27. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 15/06/2020, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 15/06/2020, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000980-84.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)

ASSUNTO: Aquisição de materiais elétricos e eletrônicos. Homologação de Pregão Eletrônico n. 16/2020.

DESPACHO Nº 870 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Almocharifado, com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almocharifado deste Tribunal, durante o exercício 2020 e parte do exercício 2021 ([0515971](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico nº 16/2020 ([0530118](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0544041](#)); o Resultado por Fornecedor ([0544044](#)); Relatório nº 41/2020 ([0544922](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Resultado de Licitação ([0544048](#)) e o comprovante de publicação do resultado ([0544916](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Os itens 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38 restaram fracassados, pois os licitantes não apresentaram anexo de proposta completo, quais sejam Certificado de regularidade do CTF-IBAMA, Declaração de sustentabilidade (IN 01/10), Declaração de logística reversa e comprovação de certificação INMETRO.

Cumprida a fase de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 29.216.954/0001-18 - SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIREL, item 21, valor R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais) e 32.617.419/0001-83 - GOLED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, itens 4, 6, 7, 8, 18, 19, 22, 23 e 37, valor R\$ 52.114,04 (cinquenta e dois mil cento e quatorze reais e quatro centavos). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 55.894,04 (cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 118/2020 ([0547258](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0544046](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0544041](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 16/2020, consoante Termo de Adjudicação ([0544046](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

De toda sorte, deve a unidade reavaliar a documentação obrigatória exigida, podendo adotar as sugestões do pregoeiro descritas na Informação nº 37/2020 - SLC ([0544923](#)), como por exemplo a adoção de formulário ([0544928](#)) para declarações de sustentabilidade (IN 01/10) e logística reversa, bem como possibilidade de consulta pela Administração de CTF-Ibama e certificação INMETRO diretamente no link da internet, a fim de se evitar desclassificações desnecessárias e permitir a ampla concorrência.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/06/2020, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0547696** e o código CRC **D7C17FDC**.